

EDITAL

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

IMPORTANTE

Abertura das propostas:
 14 / 12 / 2022, às 09:30 h.

Início da Disputa de Preços: 14/12/2022, às 10:30 h.

- Formalização de Consultas:
 - e-mail: licitacoes@spturis.com
 - endereço: Comissão Permanente de Licitações / Gerência de Compras e Contratos Rua Boa Vista, 280, 15º Andar – Edifício Boa Vista - Centro – São Paulo – SP – CEP 01014-908
 - Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
 - Sistema operacional utilizado: LICITAÇÕES-E do Portal do Banco do Brasil -(www.licitacoes-e.com.br).
 - Horário de ENTREGA de documentos e proposta: 09:00h às 18:00h
 - Local de entrega: SETOR DE PROTOCOLO (11º Andar)

Atenção: a proposta e documentos de habilitação não serão recebidos diretamente pela Comissão Permanente de Licitações, e em horários diferentes do informado acima.



ANEXOS DESTE EDITAL

- ANEXO I Termo de Referência
- ANEXO II Documentação para Habilitação
- ANEXO III Modelo de Declaração de Inexistência de Menor
- ANEXO III A Modelo de Declaração ME/EPP
- ANEXO III B Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.6 do Anexo II deste Edital
- ANEXO III C Modelo de Proposta e Declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta
- ANEXO IV Minuta de Contrato (Condições contratuais)





1) A SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS), por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização da Diretoria de Gestão e de Relação com Investidores, sob a dotação orçamentária 23.695.3015.2.640.3.3.90.39.00.09.0, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com as Leis federais nº 10.520/02, 13.303/16, Leis complementares nº 123/06 e 147/14, Lei municipal nº 13.278/02 e Decretos Municipais nº 43.406/03, 44.279/03, 54.102/13, 54.829/14 e 56.475/15, com o Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS, e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2) O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O Sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET.
- 3) Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

OBJETO

4) A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 5) Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, dentro do prazo legal, preferencialmente pelo e-mail <u>licitacoes@spturis.com</u>. Os esclarecimentos serão estendidos a todos os licitantes adquirentes do Edital através da opção "mensagens", dentro do site <u>www.licitacoes-e.com.br.</u>
- 5.1) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o interessado (potencial licitante) que não o fizer até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.



- 5.2) Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.
- 5.3) Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até **03** (**três**) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacoes@spturis.com
- 5.4) Documentos ou e-mails recebidos pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) após as 18:00h, serão considerados protocolados no dia posterior ao envio, em horário de expediente (09:00 às 18:00h).

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6) Os interessados deverão observar a data e o horário limite previsto para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na página 01 deste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO

7) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 8) Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos.
- 9) Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - I Vedações previstas no art. 38, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
 - II Incluídos no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - III Estejam constituídos sob a forma de consórcio.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10) O certame será conduzido pelo Pregoeiro. O Pregoeiro e a Comissão Permanente de Licitações terão, em especial, as seguintes atribuições:



- a) Processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;
- b) Receber, examinar e julgar as propostas, conforme requisitos e critérios estabelecidos neste instrumento convocatório;
- Desclassificar propostas nas hipóteses previstas na legislação e no Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS;
- d) Receber e examinar os documentos de habilitação, declarando habilitação ou inabilitação, de acordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório:
- e) Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, não havendo a reconsideração da decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- f) Dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
- g) Encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o vencedor para a assinatura do contrato;
- h) Propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação; e
- i) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções relativas à fase interna da licitação.
- 11) Para acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil, devendo se dirigir a uma agência do Banco do Brasil provedor do Sistema Eletrônico de Compras Licitações-E e preencher os formulários próprios.
 - 11.1) Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "licitações-e".
 - 11.2) Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
 - 11.3) A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico dentro do Portal "LICITAÇÕES-E", salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco.
 - 11.4) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 11.5) É vedado o credenciamento de um mesmo representante para duas ou mais empresas.
- 12) O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao Sistema



eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

- 13) A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subseqüente encaminhamento da proposta de preço em data e horários previstos, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico.
 - 13.1) O encaminhamento de proposta pressupõe <u>o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital</u>. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 14) A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 15) Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e até a sua homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 16) Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do Sistema, observando a data e o horário limites para a "Abertura das Propostas".
 - 16.1) Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, conforme art. 21, § 2º do Decreto nº 5.450/05.
 - 16.2) O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei. A partir dessa declaração, o sistema faz o reconhecimento e abre um campo ao final da disputa para que o Pregoeiro convoque os licitantes que estejam indicados pelo Sistema.
 - 16.2.1) Ao final da disputa de lances, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o Sistema deverá verificar se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
 - 16.2.2) Em caso positivo, a microempresa ou a empresa de pequeno porte em situação de empate será convocada a apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora da disputa, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



- 16.3) A declaração **falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às **penalidades** previstas neste Edital e na Legislação pertinente, sem prejuízo da adoção das medidas penais cabíveis.
- 16.4) Não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17) O licitante deverá informar no campo "Informações Adicionais" do Formulário Eletrônico da Proposta (tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o "acesso identificado" no site www.licitacoes-e.com.br), que atende plenamente as especificações dos serviços, de acordo com o Edital. A falta dessa informação não acarretará a desclassificação do licitante, visto que a inserção de proposta no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) indica que o licitante está ciente destas condições, não podendo alegar desconhecimento das informações contidas no Edital e de seus deveres, em nenhuma hipótese.
- **17.1)** É **VEDADA** A INCLUSÃO DE QUALQUER **IDENTIFICAÇÃO** DO LICITANTE NA PROPOSTA EVENTUALMENTE ANEXADA AO SISTEMA '*licitacoes-e*'. Caso o Pregoeiro verifique alguma identificação, tanto nas 'informações adicionais' quanto na eventual proposta anexada, o licitante será DESCLASSIFICADO.
- 18) A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
- 19) A partir do horário previsto no Sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 20) O Pregoeiro poderá desclassificar, fundamentadamente, ressalvado o expresso nos itens 69 e 71 deste edital, as propostas que:
 - I Contenham vícios insanáveis:
 - II Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
 - III Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação, ressalvada a hipótese de sigilo;



- IV Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS); ou
- V –Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- 20.1) Para a aceitabilidade dos preços, será verificada a compatibilidade do preço ofertado com os parâmetros de preço médio obtidos pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) em pesquisa de mercado.
- 21) Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública", da qual só poderão participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas.
- 22) Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na fase de inserção de propostas, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
 - 22.1) O Sistema eletrônico aceita e registra lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante ou de seus concorrentes.
 - 22.2) Não serão aceitos pelo Sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 23) Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro e aos demais licitantes.
- 24) O encerramento da etapa normal de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, sobre o início do modo randômico.
 - 24.1) O tempo randômico é gerado pelo Sistema, não sendo possível ao Pregoeiro, ou a qualquer outra pessoa, sua administração.
 - 24.2) Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o Sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento do modo normal da disputa, após o que transcorrerá período de tempo randômico (aleatório), que pode variar de 1 segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de disputa de lances.
- 25) Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexeqüíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do Sistema. Na tela será emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos licitantes.



- 26) O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 27) No caso de não haver lances na "Sessão Pública", serão considerados os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas".
- 28) Ao final da sessão pública, o sistema informará a proposta de menor preço e seu autor, e o Pregoeiro convocará o licitante para apresentar documentos e proposta atualizada.
- 29) Encerrada a sessão pública, deverá ser analisada a efetividade e exequibilidade da proposta, nos termos do art. 56, da Lei Federal nº 13.303/16.
- 30) Confirmada a efetividade da proposta que obteve o menor preço, o Pregoeiro deverá negociar com o licitante, podendo encaminhar contraproposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 31) Imediatamente (em até duas horas após a convocação), o licitante que ofereceu a melhor proposta deverá apresentar ao Pregoeiro, **por meio eletrônico (e-mail licitacoes@spturis.com)**, planilha -preenchida conforme Anexo III-C, assim como todos os documentos para habilitação, exigidos no Anexo II.
- 32) O licitante arrematante convocado pelo Pregoeiro deverá entregar pessoalmente (ou entregue por portador / correios), a referida Proposta detalhada (na forma indicada no item "Forma de apresentação da Proposta") e os documentos listados no Anexo II deste Edital (além dos documentos e amostras que eventualmente estejam solicitados no Anexo I), em originais ou fotocópias autenticadas por Tabelião ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (Diário Oficial) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS) (nesse caso, o interessado deverá fazer contato com a CPL, que procederá a autenticação dos documentos, e devolvê-lo ao licitante, que deverá protocolar o envelope no SETOR DE PROTOCOLO da SÃO PAULO TURISMO S/A (SPTURIS). A proposta e os documentos deverão SER



PROTOCOLADOS no endereço constante do preâmbulo deste Edital, no SETOR DE PROTOCOLO, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data do encerramento da Sessão Pública do Pregão, independentemente de comunicação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação do licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital. O SETOR DE PROTOCOLO procederá o recebimento, com carimbo contendo data, horário e nome do responsável pelo recebimento.

- 32.1) O Pregoeiro poderá solicitar no chat de mensagens aberto no Sistema, desde o encerramento da disputa até a efetiva homologação do processo licitatório, a documentação das demais licitantes classificadas, obedecendo a ordem de classificação, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital, ficando de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das mensagens e dos resultados naquele Sistema até a homologação do certame.
- 33) No pressuposto de que todos os licitantes estejam obrigatoriamente habilitados para a disputa do certame, o Pregoeiro poderá, dispensar a apresentação da documentação através de fax/email, solicitando o envio da documentação que integrará, definitivamente, o processo (cópias autenticadas por Tabelião ou em original), ao licitante vencedor do grupo (lote), assim como aos demais convocados.
- 34) Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 35) A autoridade competente da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.
- 36) Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarada VENCEDOR e, transcorridas as fases e os prazos legais, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 37) O acompanhamento dos resultados, mensagens do Pregoeiro, recursos e atas



pertinentes a este edital DEVERÃO ser consultados no Sistema LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br).

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PELO LICITANTE CONVOCADO

- 38) O licitante vencedor da disputa e todos os demais que forem convocados pelo Pregoeiro através do sistema eletrônico 'licitacoes-e', deverão apresentar <u>a proposta DETALHADA e os documentos exigidos nos Anexos do Edital, conforme estabelecido nos itens 31 e 32</u>, devendo ser endereçados à Comissão Permanente de Licitações da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), conforme consta do preâmbulo do Edital, sendo que a proposta e as declarações devem ser emitidas pelo licitante em papel timbrado constando os dados da empresa, endereço completo, telefone para contato, email, local e data de assinatura, nome do responsável legal e assinatura deste. Atenção: Os documentos e proposta deverão ser entregues em envelope fechado e protocolados no SETOR DE PROTOCOLO da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).
- 39) A proposta a ser entregue pelo licitante convocado deve estar **detalhada**, segundo o modelo do ANEXO III-C, em original, impresso em papel timbrado do licitante, sem rasuras e uma página por folha (admitida a impressão frente e verso), devidamente datada e assinada, com a respectiva identificação do signatário (representante legal da empresa ou procurador, desde que apresentada procuração em original ou cópia autenticada que lhe dê poderes para tal) e indicação do cargo de quem a assina, constando:
 - a) Razão social, endereço completo, telefone, e-mail e nº do CNPJ;
 - b) A especificação dos serviços e/ou materiais ofertados, observando as especificações e condições elencadas no ANEXO I do presente Edital, bem como a marca ofertada quando o Edital assim o exigir;
 - c) O(s) valor(es) da proposta final, contendo o(s) preço(s) unitário(s) e total(is), e ainda o preço global da proposta, em algarismos e por extenso (valor final após a disputa de lances), com no máximo duas casas depois da vírgula, sem arredondamento.

Obs.: Quando exigido no Anexo III-C, deverá ser apresentada a planilha com o detalhamento de todos os custos diretos e indiretos, especificando encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, materiais, frete, lucro, enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários a adequada prestação do objeto de que trata este procedimento licitatório).

O preco global da proposta é o somatório dos precos totais de cada item.

d) Deverá constar a forma de pagamento, de acordo com o Anexo I deste Edital, assim como a validade da proposta, de 60 (sessenta) dias a contar da sua entrega, o prazo de execução dos serviços e/ou a entrega de materiais (conforme Anexo I deste Edital), o prazo de garantia do material ou serviço (quando houver), nos termos preconizados neste Edital e em seus Anexos.



Obs.: Na hipótese de omissão na proposta de quaisquer das informações elencadas no item 39– alínea "d", ficarão subentendidos os respectivos prazos definidos neste Edital.

- 40) A mera apresentação da proposta NO SISTEMA ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br) implicará na manifestação da sua concordância em assumir inteira responsabilidade pela adequada e fiel execução do compromisso assumido, dentro dos prazos estabelecidos e nos termos do presente Edital.
 - 40.1) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
 - 40.2) Não serão aceitas propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- 41) A proposta deverá seguir o modelo constante do ANEXO III C deste Edital e a declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta.

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 42) Os licitantes enquadrados nos regimes "Microempresa ME" e "Empresas de Pequeno Porte EPP" terão tratamento diferenciado e favorecido neste Pregão Eletrônico, conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº 56.475/15:
 - 42.1) Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão, "Microempresas" e "Empresas de Pequeno Porte" aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e empresários enquadrados nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
 - 42.2) Para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, os licitantes deverão declarar tal condição, mediante os meios disponibilizados pelo Sistema.
 - 42.3) A não indicação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no campo apropriado da proposta eletrônica, acarretará no declínio da condição especial.
 - 42.4) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação pertinente e, em especial, o disposto no item 59.3 deste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.



- 43) Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - 43.1) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, mesmo que entre elas existam preços ofertados por outras empresas.
- 44) Ocorrendo o empate, proceder-se-á na forma do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06:
 - 44.1) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
 - 44.2) Não ocorrendo a manifestação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 20 do art. 44 da Lei Complementar 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - 44.3) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 45) Independente da condição especial de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a empresa melhor classificada deverá atender, na íntegra, a exigência dos itens 31 e 32 deste Edital.
- 46) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** das empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, a critério do Pregoeiro.
 - 46-A) Não se concretizando a contratação da micro empresa ou empresa de pequeno porte, a autoridade competente decidirá motivadamente pela revogação ou pelo prosseguimento da licitação.
 - 46-A.1) Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação, com o benefício do empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, poderão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, desconsiderado o preço ofertado no primeiro empate, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos. Não havendo o exercício do benefício do desempate por microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua efetiva contratação, o objeto licitado poderá ser adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do



certame, nos termos do disposto no § 1º do artigo 45 da Lei complementar nº 123/06.

- 46-A.2) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ter se sagrado vencedora da licitação por ter sido desde logo a mais bem classifica, poderão ser convocadas os licitantes remanescentes, na ordem classificatória, para o prosseguimento do certame ou da contratação, conforme o caso, sem a aplicação do benefício do empate ficto. O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 46-A.3) Aplica-se o disposto também às hipóteses de inabilitação de microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada.
- 46.1) A não-regularização da documentação, nos termos do item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 46.1.1) As sanções cabíveis são as estabelecidas para as hipóteses de descumprimento total das obrigações assumidas, nas Leis federais nº 13.303/16 e 10.520/02 e neste edital.

COOPERATIVAS

- 47) Se o licitante for cooperativa de trabalho, aplicar-se-á o disposto no Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 1, de 23 de janeiro de 2017, que alterou o Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 25 de maio de 2015, em razão da Resolução do Senado federal nº 10, de 2016, que suspendeu a execução do inciso IV do art. 22 da Lei Federal nº 8.212/1991.
 - 47.1) As sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do "caput" do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, exceto quando vedada a sua participação em licitações e contratações, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº 15.944/13, poderão fazer jus aos benefícios concedidos pelo Decreto Municipal 56.475/15.
- 48) Nos termos da orientação firmada pela Receita federal do Brasil, a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo contribuinte individual que presta serviço a empresa ou a pessoa física por intermédio de cooperativa de trabalho é de 20% (vinte por cento) sobre o salário de contribuição definido pelo inciso III ou sobre a remuneração apurada na forma prevista no § 11, ambos do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.
- 49) O presente edital obedece integralmente o acordado no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho e a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), homologado pelo MM. Juiz da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Ação Civil Pública, Processo nº 2649/2002 e do Decreto Municipal nº 52.091/11, art 1º § 2º, I.



50) Os serviços devem ser prestados com absoluta autonomia dos cooperados em relação ao tomador de serviços.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

51) A disputa de lances no Sistema dar-se-á pelo **PREÇO GLOBAL.** No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e condições definidas no Anexo I deste, bem como as exigidas no presente Edital.

DOS RECURSOS

- 52) O licitante que desejar recorrer dos atos praticados nas fases de julgamento e verificação de efetividade dos lances ou propostas, e dos atos praticados na fase de habilitação, poderá fazê-lo em até 24 (vinte e quatro) horas após a decisão de habilitação (definida no sistema licitacoes-e como "Declarada Vencedora"), manifestando obrigatoriamente sua intenção de recurso com registro da síntese das suas razões, no campo apropriado do Sistema ("acolhimento de recurso"). O Pregoeiro fará análise da motivação da intenção de recurso, procedendo então sua aceitabilidade ou cancelamento. O licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis após a intenção manifestada no sistema, para apresentação das razões de recurso e igual prazo terão os demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, contado do término do prazo da recorrente.
 - 52.1) O encaminhamento do registro de intenção de recurso é possível somente por meio eletrônico (no campo "Acolhimento de Recurso" do Sistema LICITAÇÕES-E). Não será aceita manifestação fora do local determinado pelo sistema ("acolhimento de recurso"), ou seja, não será aceito por e-mail, telefone, pessoalmente ou via chat de mensagem ou qualquer outra forma de comunicação.
 - 52.2) É assegurada vistas imediatas dos autos a qualquer interessado, após o Pregoeiro "declarar o vencedor", alterando o status do licitante arrematante para "Declarado Vencedor" no Sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br .
- 53) A falta de manifestação **motivada** da intenção do recurso no Sistema ("Acolhimento de Recurso"), no prazo máximo de 24 horas a partir da decisão de habilitação (com a Declaração do Vencedor no sistema licitacoes-e), quando se abre o prazo para manifestação (conforme indicado no item 52), importará a decadência do direito de recurso.



- 54) Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.
- 55) Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 56) As razões de recurso ou de contrarrazões de que trata o item 52 deverão ser endereçados à Rua Boa Vista, 280 Centro, São Paulo SP, A/C Comissão Permanente de Licitações.
- 57) Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.
- 58) O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 59) O descumprimento das obrigações estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, sujeitará o licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:
 - 59.1) Advertência, que poderá ser aplicada ao licitante que, sem justo motivo, tumultuar ou causar transtornos ao andamento do procedimento licitatório, desde que a gravidade da sua conduta não recomende a aplicação de penalidade mais grave.
 - 59.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato.
 - 59.2.1) O prazo para assinatura do contrato, contado da data de convocação da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), será de 02 (dois) dias úteis.
 - 59.2.2) Incide na mesma pena o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar a documentação exigida no certame, dar causa ao retardamento na execução do objeto licitado ou não manter a proposta ofertada, sem prejuízo da reparação dos eventuais danos causados à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS);



- 59.3) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) pelo prazo de até 02 (dois) anos, aplicadas à empresa ou aos profissionais, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando houver, em especial:
 - 59.3.1) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 59.3.2) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 59.3.3) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 59.4) A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente o dano causado à SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).
- 59.5) A aplicação de penalidade não exclui a possibilidade de inabilitação ou de rescisão administrativa do Contrato, garantidos o contraditório e a defesa prévia.
- 59.6) Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à CONTRATADA após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a CONTRATADA tenha a receber da CONTRATANTE, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a CONTRATANTE, ou poderão ser descontados da garantia prestada, nos termos da cláusula nona, se houver, ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.
- 59.7) O prazo da Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.
- 59.8) Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar a penalidade de Suspensão Temporária de Participação em Licitações e Impedimento de Contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.
- 59.9) A aplicação das penalidades será precedida da concessão dos prazos estabelecidos em lei para apresentação de defesa prévia e de recurso, a contar da intimação de cada um dos atos, oportunidade em que será aberta vista do processo aos licitantes e demais interessados.



FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 60) Homologada a licitação pela autoridade competente, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) convocará regularmente a adjudicatária para assinar e retirar o respectivo Termo Contratual, ou o seu substitutivo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.
 - 60.1) A assinatura do contrato deverá ser precedida de reunião entre o gestor e o fiscal do contrato, com o representante de eventuais prepostos da contratada, devendo a ata da respectiva reunião ser juntada nos autos do processo de compras.
 - 60.2) Exceto nas hipóteses de contratos com cessão de mão de obra, a reunião precursora pode ser afastada por manifestação formal do gestor nos autos, ratificada pela Diretoria da área contratante.
- 61) Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) está impedida de contratar, e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal CADIN. Será verificada no site http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/ se a empresa vencedora está inscrita no CADIN Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria a cada pagamento.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 62) Todas as condições contratuais estão dispostas no Anexo IV Minuta do Contrato.
 - 62.1) O objeto a ser contratado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação.
 - 62.2) Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que esta proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE, nos termos da Portaria SF 389, de 18/12/17.
- 63) No ato da assinatura do Termo Contratual, o licitante vencedor obriga-se a prestar uma garantia, com vigência por todo o período da contratação, relativa à 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória, desde que cumprida integralmente a obrigação contratualmente avençada.





63.1) A modalidade de garantia contratual a ser prestada, dentre uma das admitidas no art. 70 da Lei nº 13.303/16 e art. 165 § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS, deverá ser capaz de cumprir todos os fins previstos, ou seja, será utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou multas aplicadas à CONTRATADA.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 64) No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o Sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.
- 65) A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos licitantes da licitação.
- 66) O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sancões cabíveis.
- 67) É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, promover diligências com vistas a esclarecer, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, ou a complementar a instrução do processo.
- 68) Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/ inabilitação.
- 69) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 70) Deverá o licitante fazer constar na proposta o endereço eletrônico oficial, no qual o licitante ou CONTRATADA será considerada validamente notificada, bem como os dados oficiais de sua titularidade. O não fornecimento dos dados não implicará em desclassificação.
- 71) As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 72) As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas através do



Sistema Eletrônico de Compras, na página correspondente à licitação, e poderão ser estendidas aos licitantes por qualquer outro meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

- 73) Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.
- 74) Os licitantes devem tomar conhecimento do Código de Conduta e Integridade da São Paulo Turismo S/A, disponível na página de Governança Corporativa do sítio eletrônico http://www.spturis.com.br/transparencia/, e se abster de adotar condutas que resultem na violação do referido Código.
- 75) Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

São Paulo, 21 de novembro de 2022.

Paulo Rogerio de Almeida Pregoeiro Comissão Permanente de Licitações São Paulo Turismo S.A.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

LOTE 1 (ÚNICO)

1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços **Sistema de Sonorização**, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023".

1.1 - SONORIZAÇÃO ESPECIAL

- Evento: Réveillon 2023.
- Data/Horário do evento: das 18h00 do dia 31/12/2022 sábado até as 05h00 do dia 01/01/2023 – domingo.
- **1.2 LOCAL:** Avenida Paulista, altura do número 2.300, conforme posicionamento e distribuição a serem definidos pela organização.

1.3 - PRAZOS:

a) Montagem: A partir das 07h00 do dia 28 de dezembro de 2022, devendo o equipamento estar pronto para teste de som, no dia 29 de dezembro de 2022, às 17h00.

b) Utilização:

- 30 de dezembro das 14h00 as 22h00 "passagem de som" e:
- das 11h00 do dia 31 de dezembro de 2022 até as 05h00 do dia 01 de janeiro de 2023 - realização.
- c) Desmontagem: deverá estar concluída até as 23h00 do dia 01 de janeiro de 2023.



2 - ESPECIFICAÇÕES

Sonorização do Palco e Avenida, considerando a grandiosidade do evento e expressiva quantidade de público.

Obs. As marcas citadas nas especificações representam referências, podendo ser apresentados produtos similares, ou seja, que apresentem qualidade igual ou melhor

A - Sistema de PA / Delay

* O sistema de PA / Delay deverá ser estéreo, em 03 ou 04 vias mais Subwoofer -

Line Array, Line Source, Original, com software de alinhamento.

Qtd	Item	Especificação técnica
32	Gabinete tipo "line-array" para frequências de médio-graves, médios e agudos.	Células de sistema Line array para frequências de 48 Hz a- 17 KHZ, compostas por no mínimo 06 componentes, com potência admissível de 500/2000 Watts/Rms/pico 10 ms com dispersão horizontal de 80 graus acima de 250 hz com 145 db spl cada
	P.A.:Principal 02 torres com 16 caixas cada	Referência: JBL / ElectroVoice / EAW
	P.A.:Auxiliar 02 torres com 16 caixas cada	
16	Gabinete tipo "line-array" para frequências de médio-graves, médios e agudos.	Células de sistema Line array para frequências de 100 Hz a- 18 KHZ, compostas por no mínimo 05 componentes, com potência admissível de 500/2000 Watts/Rms/pico 10 ms com dispersão horizontal de 120 graus acima de 250 hz com spl 145 db cada
	Complemento do P.A.:Principal	·



	04 caixas em cada torre Complemento do P.A.:Auxiliar	Referência: JBL / ElectroVoice / EAW
	04 caixas em cada torre	
48	Gabinete tipo "line-array" para frequências de médio-graves, médios e agudos. Sistema de <i>Delay</i> : 12 torres com 04 caixas cada	Células de sistema Line array para frequências de 100 Hz a- 18 KHZ, compostas por no mínimo 04 componentes, com potência admissível de 500/2000 Watts/Rms/pico 10 ms com dispersão horizontal de 120 graus acima de 250 hz com spl 145 db cada Referência: JBL / ElectroVoice / EAW A ligação das torres de P.A. e de Delay deverá ser
		feita utilizando tecnologia de transmissão digital, através de cabos UTP ou fibra ótica. O alinhamento do sistema deverá ser feito com as técnicas de correção de tempo e equalização devidamente estruturada pelo técnico responsável e apresentada para a coordenação geral do evento.
10	Gabinete para Sistema <i>Front Fill</i> :	Celulas de sistema Line array para frequências de 100 Hz a- 18 KHZ, compostas por no mínimo 03 componentes, com potência admissível de 300/1000 Watts/Rms/pico 10 ms com dispersão horizontal de 120 graus acima de 250 hz com spl 142 db cada
		Referência: JBL / ElectroVoice / EAW

*Obs – Caixas/gabinetes de Som: Poderá haver até 03 modelos/marcas diferentes de elementos Line-array (originais e todos dentro da especificação), sendo que, caso não sejam todas do mesmo modelo, a distribuição máxima entre modelos/marcas será de:

48 caixas PA (iguais); 48 caixas Delay (iguais) e 10 caixas – Front Fill (iguais)





56	Gabinete para Sistema para frequências de graves e subgraves. P.A.: 04 conjuntos com 08 caixas cada	Caixas Acústicas Subgraves, com resposta de 37hz-115hz cada uma, compostas por no mínimo 02 altofalantes de 18 polegadas, com potência admissível de 2400/9600 wrms/pico, Cardioide 144db spl cada Referência: JBL / ElectroVoice / EAW
	Delay: 12 conjuntos de 02 caixas	
01	Sistema de amplificação para o P.A. Ou utilização de sistema de caixas auto amplificadas, com potâncias	Sistema de amplificação dedicado para o P.A., com preset para o sistema utilizado, composto por amplificadores com DSP integrado, com 2x16 bandas de equalização / delay / display TFT touchscreen 4 canais cada sendo 4x2600w / 4/8 ohms
	auto-amplificadas, com potências compatíveis.	Referência: Lab Gruppen / Crown / Powersoft
	Sistema de amplificação para Delay.	Composto por amplificadores com potencia compatível aos sistemas de gabinetes
01	Ou utilização de sistema de caixas auto-amplificadas, com potências compatíveis.	Sistemas de proteção incluindo Auto-Ramp, altas temperaturas, tensão DC na saída, curto circuito ou sobrecarga na saída, anticlipping e limiters,
		Referência: Lab Gruppen / Crown / Powersoft
		Obs - indicar a quantidade de Racks do sistema
01	Sistema de sustentação para caixa no tipo "Fly"	Incluindo montagem de todas as estruturas, ferragens, e acessórios (talha, corrente, cinta, grid) necessários para sustentação e fixação das caixas.
		As torres serão fornecidas pela São Paulo Turismo, com a estrutura de Palco





01	Sistema de periféricos para o P.A.	Processadores e Gerenciadores do sistema e equalizadores para P.A., Analisador de Espectro em tempo real, compressores, limiters e gate, Delay.
		Referência: BSS / DBX / DolbyLake / XTA

B - Sistema de mixagem

Qtd	ltem	Especificação técnica





02	Consoles P.A - Console mixer digital (01 par)	Canais de entrada: capacidade de ate 72 mono, 8 estéreo, Configuração de Fader: 16-faders na seção esquerda, 8-faders na seção Central, 8-faders na seção direita, 2-faders na seção master;
	Referência: DigiCo série SD / Yamaha CL5 / QL5 / Digidesign / Midas Pro 6 / Avid venue	Número mínimo de faders físicos: 34 - "Pre amplificadores – Stage Box"
		Taxa de freqüência de amostragem Interna: 44,1 / 48 kHz / Externa: 44,1: 4,1667%, +0,1%, -0,1%, -4,0% (± 200 ppm), 48kHz: 4,1667%, +0,1%, -0,1%, -4,0% (± 200ppm)
		Sinal de atraso: Menos de 2,5 ms, OMNI IN para OMNI OUT, Fs = 48kHz
		Distorção harmônica total: Menos de 0,05% de 20Hz a 20kHz @ +4 dBu em 600Ω, OMNI IN para OMNI OUT, Ganho de entrada = min
		Frequência de resposta: 0,5,-1.5dB 20Hz a 20kHz, em +4 dBu de saída @ 1kHz, OMNI IN para OMNI OUT
		Gama dinâmica: 112dB típico:. Conversor DA / 108dB típico:. OMNI IN para OMNI OUT, Ganho de entrada = min
		Crosstalk: -100dB canais * 1, adjacente OMNI IN / OUT OMNI, Ganho de entrada = min
06	Gerenciador digital de sistema com 08 saídas	Referências e preferências: DBX Driverack 4800; LabGruppen LM44, XTA DPA548 ou de equivalência superior
01	Processador de Delay	Referências e preferências: TC / SPX



04	Canais de Compressor / gate Valvulado	Referências: Avalon 737
01	CD Player c/ USB	Referências: Numark / Denon / Pioneer
04	Equalizador Gráfico Estéreo	1/3 de oitava, referências: Klark-Teknik, BSS ou Yamaha
01	Sistema de intercomunicação	Com sistema de fones, 02 ponto (PA – Monitor)
		Referência: Intercom, ClearCom.

C - Sistema de monitor

Qtd	Item	Especificação técnica
02	Consoles Monitor - Console mixer digital (01 par)	Canais de entrada: capacidade de ate 72 mono, 8 estéreo, Configuração de Fader: 16-faders na seção esquerda, 8-faders na seção Central, 8-faders na seção direita, 2-faders na seção master;
	Referência: DigiCo série SD / Yamaha CL5 / QL5 / Digidesign / Midas Pro 6 / Avid venue	Número mínimo de faders físicos: 34 - "Pre amplificadores – Stage Box"
		Taxa de freqüência de amostragem Interna: 44,1 / 48 kHz / Externa: 44,1: 4,1667%, +0,1%, -0,1%, -4,0% (± 200 ppm), 48kHz: 4,1667%, +0,1%, -0,1%, -4,0% (± 200ppm)
		Sinal de atraso: Menos de 2,5 ms, OMNI IN para OMNI OUT, Fs = 48kHz
		Distorção harmônica total: Menos de 0,05% de 20Hz





1	I KOOLOOO DE OOMI KA	NS N° 7210.2022/0003304-3
		a 20kHz @ +4 dBu em 600Ω, OMNI IN para OMNI OUT, Ganho de entrada = min
		Frequência de resposta: 0,5,-1.5dB 20Hz a 20kHz, em +4 dBu de saída @ 1kHz, OMNI IN para OMNI OUT
		Gama dinâmica: 112dB típico:. Conversor DA / 108dB típico:. OMNI IN para OMNI OUT, Ganho de entrada = min
		Crosstalk: -100dB canais * 1, adjacente OMNI IN / OUT OMNI, Ganho de entrada = min
24	Caixas de Monitor	Monitores com resposta de 55hz-20khz, cada um composto por no mínimo de 01 alto falante de 15" ou 12", e um driver de alta-frequencia com potência admissível de 250./1600w/rms/pico/10ms 135 dbspl cada
	Referência: Clair Bros 12am	
12	Sistema de monitoramento com fones de ouvido sem fio (IN EAR)	Transmissor. controle de volume, LED indicadores de nível de entrada, limiter. Pelo menos 02 canais de frequência de transmissão, 10 mW potência UHF
	Referência: Shure PSM1000 com fone SCL3 ou E3 / Sennheiser 2000	Receptor: tipo bodypack, com grampo para cinto, botão de volume e de balanço, LEDs indicadores de sinal RF e carga de bateria fraca, seleção de frequências de acordo com o transmissor
		Fone: Fone de ouvido interno, dinâmico, resposta de frequência 22Hz a 17.5kHz, conector P2 estéreo.



Ī		N° 7210.2022/0003304-3
02	Combinador de Antenas	Com 06 antenas Helicoidais tipo HA8089 ou similar com cabo
		Referencia: Senheiser AC3/NT
02	Sistemas de Side-Fill	Cada sistema (cada lado do palco) deverá conter:
		08 Celulas de sistema Line array para frequências de 100 Hz a- 18 KHZ, compostas por no mínimo 5 componentes, com potência admissível de 500/2000 Watts/Rms/pico 10 ms com dispersão horizontal de 80 graus acima de 250 hz com 142 db spl cada
		04 Caixas Acústicas Subgraves, com resposta de 37hz- 115hz cada uma, compostas por no mínimo 02 alto-falantes, sendo um de 18 polegadas e 1 de 12 polegadas, com potência admissível de 800/3200 wrms/pico 10ms, Cardióide 137 db spl cada
01	Sistema de Monitor de bateria (Drum Fill)	Composto por: 01 Gabinete para frequências de graves e subgraves, nas mesmas especificações do gabinete para PA.
	Referência: SubWoofer e KF850	01 Gabinete em formato convencional (trapezoidal), para frequências de médio-graves, médio-agudos e agudos. Resposta de frequência de 70Hz a 20kHz, sendo composta por no mínimo de 01 sonofletor de 15", com potência de 700W rms na seção de médio-graves, 01 sonofletor de 10" na seção de médio, com potência de 400W rms e 01 driver para altas frequências, com resposta de 1,1kHz à 20kHz na seção de médio-agudos, e potênciade 200W rms
04	Equalizadores Gráficos Estéreo	1/3 de oitava, referências: Klark-Teknik, BSS ou Yamaha
04	Canais de Compressor	Referências: DBX 160-XT ou DBX 166-A



02	Multi efeitos	Referências: Lexicon PCM-80, 70; SPX-990, 900
01	Sistema de processamento e amplificação para monitores	Sistema de gerenciamento de monitor e amplificadores para o sistema de monitor
		01 Sistema de amplificação dedicado para o sistema de caixas com preset para o sistema acima, composto por amplificadores com DSP integrado, com 2x16 bandas de equalização / delay / display TFT touchscreen 4 canais cada sendo 4x2600w / 4/8 ohms Referência: Crown / Crest

D - Backline / Equipamento de Palco

02	Bateria acústica Profissional Composta por 07 tambores, ferragens completas (marcas e modelos conforme rider técnico específico do evento)	Configuração Mínima: Bumbo, caixa, 03 tom-tons, 02 surdos, maquina de chimbal, estante de caixa, pedal de bumbo, banqueta, 04 estantes de prato. Peles novas, em boas condições de uso e afinação. Chave de afinação e demais ferramentas para regulagem da bateria. Todos os parafusos, regulagens e articulações em boas condições de posicionamento e fixação. Referência de marcas: Pearl export, Yamaha Stage, Gretsch, Tama Swingstar
04	Amplificador de guitarra - Combo ou Cabeçote e Caixa	Combo equipado com 2 falantes de 12", no mínimo de 80W/rms
	(marcas e modelos conforme rider técnico específico do evento)	Referências e preferência: Fender Twin Reverb (Valvulado) / Power Chorus (Transistor) / Vox AC30 / Jazz Chorus / Orange



ı	FROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2022/0005304-5				
		ou			
		Cabeçote e caixa: Valvulado, 04 bandas de equalização, potência de 100W e 01 caixa com 04 falantes de 12"			
		Referência: Marshall JCM900			
02	Amplificador de contra-baixo	Cabeçote com no mínimo de 500 wts/rms@4ohm.			
	(marcas e modelos conforme rider técnico específico do evento)	Conjunto de gabinetes, sendo 01 gabinete com 01 falante de 15" e 01 gabinete com 04 falantes de 10"			
		Referências: GALLIEN-KRUEGER GK-1000 / Harrtke			
24	Direct Box / DI	Sendo 12 Ativo / 12 Passivo			
		Referências: Whirlwind / BSS / DBX			
01	Kit de Discotecagem	01 (um) Mixer para DJ, com 3 canais, contador duplo-BPM, faders, seletor de crossfader reverso, EQ de 3 bandas (-20dB), controle de ganho e balanço por canal, função PFL, ajuste de nível Master/Cue, saída de balanço, entradas de áudio: microfone, Phono, Line, saídas de áudio: Master, saída de cartão, saída de estúdio e Phones. (Referência: Controladora Pioneer DJM 2000).			
		02 (dois) Toca-discos profissionais para discos de vinil, motor direct-drive, controle de pitch + ou - 8%, chave de rotação 33/45 rpm, equipados com conjunto de Shell, cápsula e agulha. (Referência: Technics SL-1200 MkII).			
		02 (dois) CDJ Profissional, reproduz CDA, MP3, gama de frequência 4Hz a 20KHz, relação sinalruído >115dB, distorção < 0,0006%, visor com endereço de reprodução, mostrador de wave zoom,			





visualização no jog, controle de desempenho: tamanho do jog dial206mm / tipo de jog dial sensível ao toque / modo do jog CDJ e modo vinil / hot cue / reloop / real time seandess loop, ajuste de loop entrada e saída: reverse pitch bend / fader start / back cue start / reprodução de scratch cue / scratch rápido / relay play / frame scratch 1/75s / Ajustes de velocidade vinil, Funções de Cue: automático / manual / em tempo real / cue point / memória cue loop, Tempo: máster tempo / contador de BPM. Fontes de áudio drive ótica (CD, CD-R/RW), saídas 1 x analógica (RCA) 1 x S/PDIF digital (RCA). (Referência: CDJ 2000 nexus). 01 (um) Praticável para DJ, tamanho 2 metros de comprimento x 1 metro de largura x 1 metro de

altura, com tampo em compensado acarpetado e em ótimo estado de conservação. (Referência: Rosco, Feeling).

E - Sistema de microfonação

Qtd	Item	Especificação técnica	Referência
10	Dinâmico Supercardióide— Uso para instrumentos de sopro e de percussão	Resposta de frequência: 50Hz a 16kHz, Sensibilidade: 2,7mV/Pa, Máx SPL a 1% THD: Não há, resposta de frequência com acentuação de agudos (brilho) e efeito de proximidade nos graves	Shure SM57 / Audio technica
08	Dinâmico cardióide – Uso vocal	Resposta de frequência: 50Hz a 16kHz, Sensibilidade: 2,7mV/Pa, Máx SPL a 1% THD: Não há, resposta de frequência com acentuação de agudos (brilho) e efeito de proximidade nos graves	Shure SM58 / Sennheiser / AKG
10	Condensador Cardióide – Uso para	Resposta de frequência: 20Hz a 20kHz, Sensibilidade: 15mV/Pa, Máx	Neumann KM184,





	Overall, Instrumentos de sopro e de percussão, pratos	SPL a 0,5% THD: 138dB, resposta de frequência plana	Shure SM81 ou AKG C3000
03	Dinâmico Supercardióide – Uso para Bumbo de bateria	Resposta de frequência: 20Hz a 10kHz, Sensibilidade: 0,6mV/Pa, Máx SPL a 1% THD: não há, resposta de frequência com atenuação de médios e efeito de proximidade nos graves	Shure Beta 52, Audix ou AKG-D112
10	Condensador Super- cardióide Microfonação de tons e percussão	Resposta de frequência de 50Hz a 16kHz, Sensibilidade: 2,8mV/Pa, Máx SPL a 1% THD: NA, resposta de frequência com leve acentuação de agudos e efeito de proximidade nos graves	Shure Beta 56 / Audio technica
06	Miniatura CondensadorSuper- Cardióide com garra— Uso para microfonação de instrumentos de sopro — sax, e percussão	Resposta de frequência de 20Hz a 20kHz, Sensibilidade: 1,9mV/Pa, Máx SPL a 1% THD: 132dB, resposta de frequência com acentuação de agudos e efeito de proximidade nos graves	Shure Beta 98 / AKG- C519
12	Dinâmico Cardióide – Uso vocal	Microfones Sem-Fio Digital faixa de frequência de 20 Hz-20 kHz com resposta flat	Sennheiser 2050 / Shure Axient / UR4D / AKG-WMS450
	SEM FIO	Faixa dinâmica de mais de 120 dB através de saídas analógicas	
		Faixa dinâmica de 130 dB (típica) ao utilizar o áudio digital em rede	
		60 dB de ganho do sistema facilmente acessível a partir do painel	



ī	1 KOOLOGO DE COMI KAO N 7210.2022/0005304-5			
		frontal do frontal		
		Seleção de pelo menos 100 frequências de sintonização. Sintonização de antena em sistema Diversity		
04	Sistema de sem fio para instrumento – Guitarra / saxofone	Sistema de transmissão sem fio para guitarra/microfone tipo <i>Bodypack</i> , com seleção de frequência,	AKG-WMS450 / Shure ULX	
		Transmissor: controle de volume, visor LCD indicador de canal. Alcance operacional maior do que 40m. Ajuste de frequência por sincronização com o receptor.		
		Receptor: seleção de frequência a partir de varredura de grupo, ajuste de nível com travamento, indicadores de sinal RF e nível. Sintonização de antena em sistema Diversity		

F - Outros / Acessórios

- Todo o cabeamento (Cabos de microfone, cabos de instrumentos, sub-snakes, interligação de periféricos, multicabos e cabeamento para interligação entre o P.A., a mesa e o palco e AC) de modo a atender todo equipamento solicitado e as distâncias envolvidas. (multicabo digital, interligação dos delays e PAs)
- Pilhas baterias adequadas e/ou para os dispositivos fio (microfones/receptores) e suficientes para todo o período.
- Sistema de fiação (sinal e A/C) para interligação das torres.
- Módulos Main Power dimensionados e caixas de distribuição de AC para todo o sistema de áudio.
- Kit de cabos para energizar 08 pontos no palco em 127V com 04 tomadas de 03 pinos.
- Pedestais modelo girafa (curto e longo) com suspensão anti-shock, e clamps (garras) na quantidade suficiente para todos os microfones solicitados.
- 100 metros de canaletas (passa-cabos) para passagem de cabos em locais de acesso do público.



 Todos os demais cabos, adaptadores e acessórios necessários para o bom desempenho do sistema, mesmo que não citados na especificação.

G - GRAVAÇÃO

Sistema digital de gravação (computador Workstation).

A gravação do áudio deverá ser feita em estéreo a partir de mixagem exclusiva a partir de saída auxiliar da mesa utilizada ou de mesa dedicada utilizando sinal splitado.(escolha do contratado).

A gravação digital deve ser em formato PCM, resolução de 24bits e deverá utilizar conversor AD/DA profissional. O conteúdo gravado será de uso exclusivo da SpTuris para registro.

O material gravado deve ser entregue em mídia SSD removível no formato *.WAV, fracionado por apresentação. A(s) mídias deverão ser entregues à São Paulo Turismo, até 16/01/2023.

H - EQUIPE TÉCNICA, QUALIFICADA, COMPOSTA POR, NO MÍNIMO:

- 01 (um) Posto de Encarregado Técnico de Som com conhecimento em software de alinhamento, configuração e gerenciamento de Sistema de áudio responsável por todo o sistema::
- 02 (dois) Postos de Operadores Técnicos de Som (PA/Monitor);
- 01 (um) Posto de Operador de Gravação;
- 01 (um) Posto de Operador de Rádio Frequência;
- 04 (quatro) Postos de Técnicos de Palco (roadies);
- 02 (dois) Postos de Assistentes.

3 – OBSERVAÇÕES

- Os postos da equipe técnica solicitados devem estar preenchidos, independente da quantidade de trabalhadores que seja necessária para suprir todo o período de utilização do evento, cumprindo, para isso todas as normas trabalhistas vigentes. Assim as equipes escaladas devem seguir escalas de revezamento, nos termos da legislação trabalhista, a fim de atender o período solicitado em sua integralidade.
- A CONTRATADA deverá, a partir da finalização da montagem, ficar, através da equipe técnica, disponível para os ensaios e passagem de som até o momento do início do evento, conforme cronogramas que serão definidos pela produção.
- As especificações técnicas refletem descrições de equipamentos de referência,



podendo a proposta ser apresentada com alternativas similares, considerando parâmetros mínimos de similaridade, às especificações deste Edital. A similaridade será por comparação entre as características do equipamento solicitado e do apresentado como proposta da licitante. Será aprovado caso as características essenciais sejam similares quanto a frequência de funcionamento, potência, supressão de ruído, sensibilidade sonora e controle de distorção harmônica, no que couber.

- Montagem, operação, desmontagem, transporte, manutenção, guarda e vigilância de seus materiais e equipamentos são responsabilidades exclusivas da CONTRATADA.
- A LICITANTE ARREMATANTE deverá apresentar, descrito em sua proposta a Marca e Modelo de todos os equipamentos que serão utilizados, a fim de possibilitar a avaliação dos mesmos. A proposta comercial será analisada pela Diretoria de Clientes e Eventos da São Paulo Turismo no sentido de verificar o atendimento ao caderno técnico e poderá acarretar na desclassificação do licitante, caso seja apresentado em desacordo aos termos do edital e não comprove o atendimento de todas exigências estabelecidas.

CONDIÇÕES GERAIS

- a) Caso haja atraso ou alteração na programação, a CONTRATADA se obriga a executar o mesmo sem ônus para a CONTRATANTE;
- b) Os equipamentos apresentados deverão atender às especificações mínimas contidas na descrição deste edital, podendo ser oferecidos componentes similares com recursos técnicos iguais ou superiores;
- c) A alimentação elétrica deverá ser feita através de fios e cabos antichamas, fornecidos pela CONTRATADA, apropriados para a demanda de carga dos equipamentos;
- d) A CONTRATADA se responsabiliza pela interligação de seu sistema à fonte de energia elétrica do local do evento, seja quadro de energia, seja grupo gerador de energia, e em utilizar a bitola correta, e comprimento necessário por fase para fazer a ligação do sistema.
- e) A CONTRATADA deverá atender às Normas Técnicas vigentes e em especial o aterramento do sistema, previsto na norma ABNT NBR 5410.
- f) A fixação seguirá rigorosamente as normas estabelecidas pela ABNT;
- g) Todos os equipamentos, materiais de fixação, de conexões, de ligações e chaves que compõem o sistema elétrico, serão fornecidos pela CONTRATADA, estando em perfeitas condições de uso e isolamento.
- h) Deverão ser disponibilizadas linhas de áudio para gravação ou transmissão (mixagem de máster para imprensa, TV, Rádio, Web), quando necessário, ao critério da CONTRATANTE.





- i) A CONTRATADA deverá fazer o acabamento em fios e cabos, não os deixando expostos onde houver circulação de pessoas a fim de não obstruir a passagem ou pôr em risco a sua segurança.
- j) A CONTRATADA fornecerá profissionais devidamente capacitados, registrados na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, no Ministério do Trabalho, nos termos dos artigos 4º, 6º e 7º, III, da Lei Federal nº 6.533/78.
- k) A CONTRATADA providenciará, a emissão de atestados, declarações e documentação relativa aos equipamentos/serviços para a viabilização do evento junto aos órgãos fiscalizadores e competentes como CONTRU, Corpo de Bombeiros, CET e etc.
- I) A CONTRATADA é responsável pela emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) de seu sistema. A ART ou RRT deverá ser apresentada validada eletronicamente e com cópia do CREA ou CAU do profissional responsável.

OBSERVAÇÕES

- 1. Os documentos necessários para o início dos serviços, que deverão ser emitidos e apresentados pela Contratada são:
 - a. Cronograma que deverá ser validado pela SpTuris;
 - Listagem dos colaboradores, com nome e documento, que efetivamente participarão da execução dos serviços no local da montagem;
 - c. Entrega da ART ou RRT (original ou autenticada), e atestados respectivos que devem ser entregues em quatro (4) vias originais ou cópia autenticada referentes à:
- 2. As Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Trabalho Urbano (NRs) e normas técnicas Brasileiras (NBRs) emitidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que regulamentem os serviços a serem executados pela CONTRATADA, devem ser rigorosamente cumpridas e registradas em documentos apropriados, conforme a legislação em vigor, em especial, nesse caso, NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual-EPI) e NR 35 (Trabalho em Altura).
- A CONTRATADA é responsável pela disponibilização de toda a estrutura, equipamentos e veículos necessários à prestação do serviço sem qualquer ônus ao CONTRATANTE. (Talhas, plataformas, munks e outros se necessários para a entrega do objeto)
- 4. A execução do serviço deverá ser feita por funcionários devidamente preparados e habilitados, para que os serviços sejam executados dentro das condições estabelecidas neste Edital
- 5. Caso seja necessário, para atendimento ao cronograma dos serviços, a



CONTRATADA deverá adequar o quadro de funcionários para execução dos serviços de forma ininterrupta e ou em horário noturno.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços descritos deste Anexo, de acordo com o Edital e a proposta apresentada na licitação, estipulados neste instrumento, em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam.
- 2. Prestar à SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS), sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
- Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, de FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação, inclusive as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas a sua equipe.
- 5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou parte, o objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais e mão-de-obra empregada na montagem e durante o transcorrer de cada um dos eventos, sem comprometer o andamento do evento.
- 6. Fornecer toda a supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra qualificada necessária à execução dos serviços contratados, bem como também, todos os materiais e equipamentos ofertados em sua proposta comercial.
- 7. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da CONTRATANTE, provendo o fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, exigências, recomendações técnicas e administrativas por ela apresentadas.
- 8. Providenciar a retirada imediata de qualquer trabalhador seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços.
- 9. Indicar o responsável técnico pela execução dos serviços deste Contrato e um preposto que o representará na prestação dos referidos serviços, para receber as instruções, bem como propiciar à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom e adequado cumprimento e desempenho de suas tarefas.





- 10. Se responsabilizar por seguro contra incêndio, roubo, furto e acidentes que porventura possam ocorrer com equipe, equipamentos e terceiros, em sinistros decorrentes da execução do objeto do contrato, inclusive seguro de responsabilidade civil e danos a terceiros, isentando a CONTRATANTE de qualquer indenização ou ressarcimento.
- 11. Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, na execução do Contrato. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização efetuada pela Gerência de Eventos da CONTRATANTE.
- 12. O descumprimento das normas trabalhistas, de FGTS e previdenciárias pertinentes aos contratos de trabalho envolvidos na prestação dos serviços a que se relaciona a presente contratação, poderá dar ensejo à retenção dos valores devidos à CONTRATADA, inclusive da garantia prestada.
- 13. Manter seu pessoal uniformizado durante a execução do serviço, identificando-os através de crachás constando a função e data de admissão e número do PIS/PASEP, nos termos do art, 5º da IN MTE 03/97, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual EPI's quando obrigatórios.
- 14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus trabalhadores acidentados ou com mal súbito, comunicando os acidentes do trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de comunicação de acidentes do trabalho CAT, imediatamente após a sua ocorrência.
- 15. Instruir seus trabalhadores quanto à necessidade de acatar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como a prevenção de incêndio nas áreas dos eventos em que a CONTRATANTE estiver atuando.
- 16. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho para com os funcionários, bem como pelos atos por eles praticados.
- 17. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
- 18. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução ou quaisquer responsabilidades pelos danos causados diretamente a SÃO PAULO TURISMO S.A (SPTURIS) e/ou terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, na execução do contrato.
- Assegurar que todo trabalhador que cometer falta disciplinar ou não portar-se condizente com o local de trabalho, não prestará mais nenhum tipo de serviço para a CONTRATANTE;



- 20. Caso a CONTRATANTE venha a ser demandada por terceiros que se julguem prejudicados, bem como a CONTRATANTE venha a experimentar prejuízo patrimonial em decorrência dos serviços prestados pela CONTRATADA, esta deverá se responsabilizar pelos pagamentos, inclusive mediante retenção de valores pendentes de pagamento, caso existam contratos ainda vigentes ou ainda por outras medidas processuais cabíveis, caso a CONTRATADA já não preste serviços à CONTRATANTE.
- 21. Caso a CONTRATANTE tenha efetuado qualquer retenção nos pagamentos da CONTRATADA, nos termos do item anterior, a CONTRATANTE devolverá à CONTRATADA, se for o caso, o saldo entre o valor retido, sem adicionais de qualquer natureza, o total do valor da indenização, acrescido das respectivas custas com o processo.
- 22. Caso a atividade objeto desta licitação seja impeditiva ao SIMPLES NACIONAL, a CONTRATADA, que seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá atender integralmente aos termos dos Artigos 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 23. A CONTRATADA é obrigada a conduzir todos os trabalhos inerentes à prestação dos serviços, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, procurando dentro do possível conduzir os serviços de modo a formar perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.
- 24. Prestar os serviços dentro de parâmetros e solicitações estabelecidas, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 25. Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos.
- 26. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de outros fornecedores.
- 27. A CONTRATADA fornecerá profissionais devidamente habilitados, possuidores do DRT, segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do presente instrumento.
- 2. Fiscalizar a execução do ajuste.

RECEBIMENTO DO OBJETO





- 1. O objeto do contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste e com o disposto no art. 178 e 179 do Regulamento de Licitações e Contratos da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) e art. 50 e 51 do Decreto Municipal nº 44.279/03.
- 2. Ao final da execução do serviço, a contratada comunicará por escrito ao funcionário responsável pela fiscalização do contrato, que atestará em documento próprio, assinado pelas partes, que a CONTRATADA entregou a prestação, no prazo de ate 15 (quinze) dias, contados da comunicação.
- 3. Funcionário ou comissão designada procederá à observação do serviço prestado no prazo de até 90 (noventa) dias. Verificando-se vícios, defeitos ou incorreções, a CONTRATADA fica obrigada a repará-los. Estando perfeitamente adequada a execução do objeto aos termos contratuais, se atestará em documento próprio, assinado pelas partes, a confirmação pela Administração de que o objeto foi executado segundo as cláusulas avençadas.
- 4. A formalização desses documentos não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.
- 5. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1. Após a data da entrega do documento em que a CONTRATANTE confirmou que o objeto foi executado segundo as cláusulas avençadas ou após apuração do valor a ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não correção das falhas, vícios ou defeitos resultantes da execução dos serviços ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados após analisada resposta da notificação da CONTRATADA para apresentar defesa quanto a glosa, sendo dado prazo razoável, ou transcurso do prazo in albis, a CONTRATADA emitirá nota fiscal ou fatura do serviço e, em 3 (três) dias da sua emissão, entregará no Setor Protocolo Geral da CONTRATANTE, situado na Rua Boa Vista, 280 Centro, na Cidade e Capital do Estado de São Paulo. Na hipótese de nota fiscal eletrônica de outros Estados ou Municípios, seu encaminhamento poderá ser feito eletronicamente, no e-mail notafiscaleventos@spturis.com no prazo estipulado, não dispensando sua apresentação física, no protocolo da CONTRATANTE
- 2. Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a CONTRATADA deverá entregar certidões fiscais atualizadas a que se refere o item 1.2 do Anexo II deste edital.
- 3. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega do documento em que a CONTRATANTE confirmou que o objeto foi executado segundo as cláusulas avençadas <u>ou</u> após a apuração do valor a ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não



correção das falhas, vícios ou defeitos resultantes da execução dos serviços ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados,

- 4. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que forem cumpridas.
- 5. Ocorrendo eventual atraso no pagamento, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação de mora (TR+0,5% "pro-rata tempore"), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria nº 5/12 da Secretaria Municipal de Finanças.
- 6. Não será realizado o pagamento se em nome da CONTRATADA constarem pendências no "Cadastro Informativo Municipal CADIN."

ANEXO A – Matriz de Risco

MATRIZ	DE RISCOS
NOME: SONORIZAÇÃO ESPECIAL - REVEILLON 2023	DATA ELABORAÇÃO: 20/10/2022
Nº PROCESSO SEI: 7210.2022/0005304-3	

ITEM	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DO RISCO	TRATAMENTO
1	Contratada	Mal funcionamento por avaria no equipamento ou programação	Atender com equipamento adequado, testado e revisado / Atender com equipe qualificada / Dispor de equipamentos reserva
2	Contratada	Fornecimento em desacordo com as especificações técnicas elencadas	Cumprir com o ofertado na proposta / Substituição do item sem comprometer o evento / aplicação de penalidades
3	Contratada	Atraso - Chegada / montagem do equipamento	Observar cumprimento do Cronograma / intensificar frentes e equipes
4	Contratada	Responsabilidade CIVIL (danos ao púlico / queda de equipamento)	Observar o cumprimento de Normas Técnicas / boas práticas na execução do serviço / Providênciar Seguros conforme Contrato
5	Contratada	Problema Elétrico / choque / Curto-circuito	Realizar aterramento conforme edital / Observar o cumprimento de Normas Técnicas
6	Contratada	Falta de habilidade Técnica Prestador / Operador	Atender com profissionais qualificados / Constar comprovação de qualificação e capacitação profissional
7	Contratada	Danos aos Materiais (vandalismo/furto)	Providênciar Seguros conforme Contrato / cumprir acompanhamento do evento conforme edital

ANEXO II - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO



OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1) O licitante convocado deverá encaminhar, nos termos do Edital, a seguinte documentação exigida como condição habilitatória:

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1.1 No caso de firma individual: Prova de registro na Junta Comercial ou repartição Correspondente.
- 1.1.2 No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- 1.1.3 No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado da ata da assembléia, devidamente registrada que elegeu a última diretoria.
- 1.1.4 No Caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 1.1.5 No caso de Cooperativa: Atas das Assembléias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, devidamente arquivadas na Junta Comercial, e Ata de Eleição dos Administradores em exercício de mandato. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a Cooperativa a contratar o objeto desta licitação. Listagem contendo o nome de todos os cooperados.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 1.2.1 Prova de inscrição no CNPJ.
- 1.2.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esta comprovação poderá ser feita ainda através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, onde conste que a certidão abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.



- 1.2.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço CRF/FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal.
- **1.2.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.2.5 Prova de regularidade para com a <u>Fazenda do Município de São Paulo</u>, relativa aos **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS** do licitante, seja matriz ou filial, esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação (caso a empresa esteja sediada no município de São Paulo);
- 1.2.6 Na hipótese do licitante não estar cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, ela deverá apresentar "**Declaração**", firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da lei, do não-cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos Tributos Mobiliários. Essa declaração deverá acompanhar a Prova de Regularidade (Certidão de Tributos Mobiliários) do município onde a empresa está sediada.
- 1.2.7 **Declaração** para fins do disposto no Artigo 7º XXXIII da Constituição Federal, conforme Anexo III deste Edital.
- 1.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **1.3.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade, por intermédio de Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado emitido(s) em papel timbrado do(s) atestante(s), constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos nºs de telefone de contato, para uma eventual consulta; comprovando-se que a licitante já tenha prestado, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, sistema de sonorização em evento de grande porte no segmento específico show musical ao vivo, mediante operação de 02 mesas (ou mais) de 48 canais (ou mais), com sistema de caixas de P.A e no mínimo 04 torres de delay.
 - 1.3.1.1. Entende-se como Eventos de Grande Porte: "Evento com número de público superior a 10 mil pessoas por dia".



- 1.3.1.2. Os atestados mencionados, deverão conter descrição dos Serviços realizados, nome do evento, período de realização e local de modo a permitir a análise por parte do setor técnico da SP Turis.
- 1.3.1.3. A comprovação de aptidão de que trata o item antecedente poderá ser feita por intermédio de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome e com o nº do CNPJ da matriz e/ou em nome e com o nº do CNPJ da(s) filial(is) da empresa licitante.
- 1.3.1.2. A fim de verificar a autenticidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) em atendimento ao item 1.3.1 acima, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação dos respectivos contratos e/ou notas fiscais referentes ao documento apresentado. A apresentação deverá ser em até dois dias úteis após a data da solicitação.
- **1.3.2. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica** da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região em que a mesma estiver vinculada,
- **1.3.3. Certidão Atualizada de Registro Profissional** do(a) profissional Responsável Técnico da empresa licitante (Engenheiro modalidade Civil ou Elétrica/eletrônica), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Arquiteto no Conselho Regional de Arquitetura(CAU);
- **1.3.4.** Comprovação da capacitação técnico-profissional, do(a) profissional Responsável Técnico da empresa licitante, em serviços de sonorização, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU;
- **1.3.5.** Comprovação de relação jurídica válida entre o Responsável Técnico e a empresa licitante por meio de a apresentação da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho de Prestação de Serviços ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor e Ata de Eleição de Diretoria no caso de "S.A.", ou Ficha de registro de empregado ou ainda declaração assinada pelo profissional responsável técnico de que se responsabilizará pelo contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 057/22.

1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 1.4.1. Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - 1.4.1.1 No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



- 1.4.1.2 No caso de certidão positiva, a proponente deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).
- 1.4.1.3 A avaliação da condição econômico-financeira considerará a recente orientação jurisprudencial, consoante decisão do STJ (ARESP 309867).

1.5 - QUALIFICAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.5.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e Cooperativa, conforme o art. 34 da Lei Federal nº 11488/07, o licitante deverá apresentar declaração, conforme Anexo III-A deste Edital, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra nessa condição, nos termos e para os efeitos dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

1.5.2. Essa declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação do licitante, e deverá ser emitida na data desta licitação.

1.5.3. Não será aceita Declaração emitida com data anterior à da licitação, bem como Declaração emitida de forma genérica e/ou contendo 'prazo de validade', uma vez que a condição tanto para o enquadramento, quanto para a utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 e 147/14, deve estar efetivamente caracterizada na data da sessão pública da licitação.

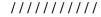
OBSERVAÇÕES

- 1. A documentação de que trata este Anexo deverá ser apresentada em <u>original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada</u> por Tabelião ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (*Diário Oficial*) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS). Após examinados pelo Pregoeiro, os referidos documentos serão anexados aos autos do Processo de Compras. O horário de atendimento da CPL para autenticação de documentos é das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h.
 - Não será feita autenticação de documentos fora do horário estabelecido. Os documentos autenticados serão devolvidos ao interessado, que deverá protocolar todos os documentos e proposta, no Setor de Protocolo da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).
- 2. Quando se tratarem de Documentos / Certidões obtidas e expedidas pela *Internet*, a Comissão de Licitações promoverá a devida verificação da autenticidade e da validade das mesmas junto aos endereços eletrônicos pertinentes, como condição "sine qua non" para a devida habilitação do licitante no certame.
- 3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, <u>serão</u> considerados válidos os emitidos até 180 (cento e oitenta) dias corridos, antes



da data de abertura desta licitação, excetuando-se os Atestados de Capacidade Técnica, cuja validade é indeterminada.

- 4. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome e com o CNPJ do **licitante**.
 - **4.1)** Quando o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz:
 - **4.2)** Quando o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza e comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
- Os documentos comprobatórios que forem apresentados na forma de protocolo e/ou se tiverem com os respectivos prazos de validade vencidos, não serão aceitos e acarretarão a desclassificação do licitante.
- 6. Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) está impedida de contratar e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal CADIN. Será verificada no site http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/ se a empresa vencedora está inscrita no CADIN Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) a cada pagamento.
- Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 8. Todas as certidões deverão estar válidas na data da CONVOCAÇÃO do Licitante classificado. Esse aviso é válido para todos os licitantes classificados, inclusive os que eventualmente forem convocados após a data da disputa.
- 9. O Pregoeiro poderá a qualquer momento e sempre que julgar necessário consultar os Setores Técnicos da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), no intuito de dirimir dúvidas e obter subsídios quanto à adequada aferição dos documentos de habilitação e das propostas comerciais ofertadas.
- 10. <u>As DECLARAÇÕES deverão ser emitidas pelo licitante, digitadas em papel timbrado, contendo a razão social, endereço completo, telefone e email.</u>





ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO

3
Ref.: (identificação do Pregão)
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).
(data)
(representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO III-A - MODELO DE DECLARAÇÃO

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP/COOPERATIVA

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/COOPERATIVA

Eu					_,	portador da	Cédula de	e Identic	dade
(RG) nº	е	do)	CPF	•	nº			,
representando neste ato a empresa								inscrita	a no
CNPJ nº, Inscrição	Es	tadı	ual	sol	О	o nº		, com s	sede
, declaro pa	ara t	odo	S	os fi	ทร	s de direito e	sob as pe	enas da	Lei,
em especial o art. 299 do Código Penal previstas na Legislação pertinente, que de ME/EPP ou COOPERATIVA conform e para todos os efeitos dos benefícios inexistem fatos supervenientes que cond	a e ne a s d	mpr rt. 3 a L	es 4 ei	a su da L Cor	ıp ei	oracitada se o i Federal nº plementar nº	enquadra r 11.488/07, 0 123/2006	na cond nos ter 6 e de	lição mos que
	Loc	al e	D	ata			_		
Assinatura do Responsável pela En	npre	esa							



ANEXO III – B - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.6 DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

DECLARAÇÃO Ref.: (identificação do Pregão) inscrito **CNPJ** n.º(nome da empresa)....., intermédio de seu representante legal por o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de e do CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no item 1.2.6 do Anexo II do Edital, que não está cadastrada na Prefeitura de São Paulo e, portanto, nada deve ao município de São Paulo relativamente aos Tributos Mobiliários. Esta declaração acompanha cópia autenticada ou via original da Certidão de Tributos Mobiliários (ou outra denominação, a depender de cada órgão municipal) desta empresa. (data) (representante legal)





ANEXO III - C - MODELO DE PROPOSTA

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social do licitante)

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

PROPOSTA

Nome da	empresa:
CNPJ:	
Insc. Esta	dual:
Endereço:	
Talafona.	

E-mail:

Modelo básico de planilha a ser preenchida

	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO - PROPOSTA COMERCIAL							
Item	Descrição (conforme descritivo técnico)	QTD	unid	MARCA/ MODELO	Valor unitário		Valor Total	
2.A	Gabinete tipo line - array A	32	unid		R\$	-	R\$	-
2.A	Gabinete tipo line - array B	16	unid		R\$	-	R\$	-
2.A	Gabinete tipo line - array delay	48	unid		R\$	-	R\$	-
2.A	Gabinete para Sistema Front Fill	10	unid		R\$	-	R\$	-
2.A	Ganinete Graves e subgraves	56	unid		R\$	-	R\$	-
2.A	Sistema de amplificação p/ P.A	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.A	Sistema de amplificação p/ Delay	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.A	Sistema de FLY	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.A	Sistema de periférico p/ P.A	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.B	Consoles P.A - mixer digital	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	Gerenciador digital de sistema	6	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	Processador de Delay	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	Canais de compressor/gate vulvulado	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	CD Player c/ UBS	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	Equalizador Gráfico	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.B	Sistema de Intercomunicação	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Consoles Monitor - mixer digital	2	unid	_	R\$	-	R\$	-





ı	PROCESSO DE COMPRAS	> No	i i	1.2022/00	105304	-3	ī	1
2.C	Caixas de monitor	24	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	In ear sem fio	12	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Combinador de Antenas	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Sistema de Side - Fill	2	cj		R\$	-	R\$	-
2.C	Sistema de monitor de bateria	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.C	Equalizador Gráfico Estéreo	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Canais de compressor	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Multi efeitos	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.C	Sistema de processamento/amplificação	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Bateria acústica profissional	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Amplificador de guitarra	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Amplificador de contra - baixo	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Direct box	24	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Mixer para DJ	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Toca-discos profissional	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	CDJ Profissional	2	unid		R\$	-	R\$	-
2.D	Praticável para DJ	1	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Dinâmico Supercardióide	10	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Dinâmico Cardióide uso vocal	8	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Condensador Cardióde	10	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Dinâmico Bumbo	3	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Condensador super cardióide	10	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Condensador super cardióide c/garra	6	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Dinâmico Cardióide SEM FIO	12	unid		R\$	-	R\$	-
2.E	Sistema sem fio p/ instrumentos	4	unid		R\$	-	R\$	-
2.F	Cabeamento completo / acessórios	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.F	Pilhas ou baterias para dispositivos	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.F	Main Power	1	cj		R\$	-	R\$	-
2.F	Pedestal de Microfone	60	unid		R\$	-	R\$	-
2.F	Canaletas (passa - cabos)	100	mts		R\$	-	R\$	-
2.G	Gravação	1	serv		R\$	-	R\$	-
2.H	EncarregadoTécnico de som	1	posto		R\$	-	R\$	-
2.H	Operadores Técnicos de som	2	posto		R\$	-	R\$	-
2.H	Operador de Gravação	1	posto	-	R\$	-	R\$	-
2.H	Operador de Rádio Frequência	1	posto	-	R\$	-	R\$	-
2.H	Técnicos de palcos	4	posto	-	R\$	-	R\$	-
2.H	Assistentes	2	posto	-	R\$	-	R\$	-
Obs	Documentação ART/RRT declarações	1	serv	-	R\$	-	R\$	-





Valor Total R\$

SONORIZAÇÃO ESPECIAL (decomposição)						
Item	Percentual	Decomposição				
Custos diretos - Material		R\$				
/ Mão de Obra / Frete						
BDI		R\$				
Tributos / Encargos Sociais		R\$				
Lucro		R\$				
Preço Global	100%	R\$				

Endereço eletrônico oficial, no qual o licitante ou
CONTRATADA será considerada validamente
notificada,
Dados bancários oficiais, de sua titularidade.

Prazo de entrega: CONFORME EDITAL

Condição de Pagamento: CONFORME EDITAL

Garantia (quando houver):

Prazo de validade da proposta: CONFORME EDITAL

Observações:

- 1) Em caso de diversos itens e subitens, a empresa deverá informar os preços de cada um;
- 2) A proposta deverá conter o descritivo de todo o serviço e/ou material ofertado, inclusive contendo as marcas ofertadas e outras informações pertinentes ao objeto.
- Esta proposta está vinculada ao Edital do Pregão Eletrônico 057/22.
- 4) Para fins de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS, **o faturamento deverá estar em conformidade** com a Lei Municipal nº 13.701/2003.

DECLARAÇÃO QUE ACOMPANHA A PROPOSTA COMERCIAL

Ref.: (identificação do Pregão)		
intermédio de seu representante legal o(a) da Carteira de Identidade n.º	Sr(a)	, portador(a)
1) Que até a presente data inexistem fa processo licitatório, ciente da obrigatorie		

2) Que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de participar de licitações.



- 3) Declara ainda sob as penas da lei, em especial o art, 299 do Código Penal Brasileiro que:
 - (a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela(razão social) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - **(b)** que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - (c) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) antes da abertura oficial das propostas; e
 - **(e)** que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

	, ,
	(f) Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que <u>cumprimos plenamente os requisitos de</u> habilitação referente ao presente Pregão Eletrônico.
i	reference de presente i regue Eletronico.
	(g) Declaramos que não incorremos nas vedações previstas no art. 38, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Da	ta e assinatura do representante legal



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa em fornecimento de sistemas de sonorização para eventos, sob o regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços Sistema de Sonorização, incluindo equipamentos, transporte, montagem, operação e desmontagem, sob regime de empreitada por preço global, em atendimento ao evento "Réveillon 2023", conforme bases, especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

MINUTA D	E CONTRATO					
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SER ENTRE SI CELEBRAM A SÃO PA 						
Contrato CCN/GCO n.º/_						
De um lado, a SÃO PAULO TURISMO S.A Cidade e Capital do Estado de São 62.002.886/0001-60, doravante deno representada neste ato por	Paulo, inscri ominada simp	ta no CNPJ/MF sob o n° blesmente CONTRATANTE, e por				
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO						
O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de, (especificar o objeto do contrato, quantidade e o período) compreendendo também os serviços de (instalação, montagem, dependendo do objeto), conforme especificado no Anexo I (especificações técnicas e condições de execução) e na proposta, que são parte integrante do presente instrumento:						
Item Quantidade estimada	Unidade	Especificações Preço Unitário R\$				
		FIEÇO OHIIAHO KĄ				



		Preço Total R\$
•		

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de execução observará o disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual, obedecidas às normas legais e regulamentares, poderá ser prorrogado, observados os dispositivos da Lei Federal nº 13.303/16 e da Lei Federal nº 10.520/02, do Edital, e respectivos anexos, bem como as cláusulas do presente Contrato, além dos preceitos do direito privado aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato:
- b) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos, relacionados à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contratual, de acordo com o previsto no Edital, e respectivos Anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas legais aplicáveis, e com estrita observância ao Instrumento Convocatório, à Proposta de Preços e a Legislação vigente;
- b) Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como no que concerne às condições de habilitação e de qualificação, exigidas no curso do procedimento licitatório, conforme Edital, e respectivos Anexos;
- c) Prestar os serviços, nas datas, horários e locais a serem informados pela CONTRATANTE:
- d) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- e) Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços contratados necessários à correção e revisão de falhas, vícios ou defeitos verificados no trabalho, sempre que à CONTRATADA imputáveis. Neste caso específico, se as falhas, vícios ou defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa;





- f) Responder pelos serviços que executar, na forma do Edital, respectivos Anexos, e da legislação aplicável;
- g) Iniciar e concluir os serviços, nos prazos estipulados pela CONTRATANTE;
- h) Manter, no local dos serviços, um profissional responsável, devidamente credenciado, para prover o que disser respeito à execução do presente Contrato;
- i) Atender a todos os ditames da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, em que se verificarem falhas, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução, ou de materiais e equipamentos empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros, ou à própria CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa, ou dolo, na execução do Contrato. Se as falhas e defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar estipulado, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade da CONTRATADA, por danos causados diretamente a terceiros, ou à CONTRATANTE, não será excluída, ou reduzida, pela presença de fiscalização de ambas as partes, ou pelo acompanhamento da execução contratual pela própria SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS).

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, inclusive os decorrentes de dissídios, acordos e convenções coletivas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais, que resultem do presente Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inadimplência da CONTRATADA, quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, cíveis e comerciais, não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total (estimado) de R\$ (_),
sob a dotação orçamentária	e
Nota de empenho	

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os respectivos (preços unitários ou global), constantes na cláusula primeira deste Contrato:



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os documentos fiscais referentes às prestações dos serviços deverão ser emitidos até o último dia do mês e entregues até o 3º (terceiro) dia útil, após a data de emissão, no Setor de Protocolo Geral da SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), situado na Rua Boa Vista, 280 — Centro, na Cidade e Capital do Estado de São Paulo, acompanhados das certidões negativas atualizadas do INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais (se couber), Tributos Mobiliários da Sede, além das relativas à Fazenda do Município de São Paulo (se couber) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CND. Na hipótese de nota fiscal eletrônica, seu encaminhamento poderá se dar por meio eletrônico, através do e-mail notafiscaleventos@spturis.com, no prazo estipulado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento do prazo limite para emissão e entrega dos documentos fiscais, disposto no PARÁGRAFO PRIMEIRO, altera automaticamente a condição de pagamento original, que passa a ser de 30 (trinta) dias fora o mês de emissão do documento fiscal, bem como ensejará multa de 2% (dois por cento) do total da fatura por mês de atraso na emissão, limitado a 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a data da entrega de documento próprio, em que a CONTRATANTE atestou que o objeto foi executado, de acordo com o Edital, e respectivos Anexos, ou após a apuração do valor, descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não correção das falhas, vícios ou defeitos, resultantes da execução dos serviços, ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados, a CONTRATADA emitirá nota fiscal, ou fatura dos serviços, e, em 03 (três) dias úteis da emissão dos respectivos documentos, os entregarão no Setor Protocolo Geral da CONTRATANTE, situado na Rua Boa Vista, 280 — Centro, na Cidade e Capital do Estado de São Paulo. Na hipótese de nota fiscal eletrônica, seu encaminhamento poderá se dar por meio eletrônico, através do e-mail notafiscaleventos@spturis.com, no prazo estipulado, não dispensando sua apresentação física, no protocolo da Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a CONTRATADA deverá entregar certidões fiscais atualizadas a que se refere o item 1.2 do Anexo II deste edital.

PARÁGRAFO QUINTO: Serão aceitas certidões positivas, com efeitos de negativas, bem como certidões positivas, cujos débitos estejam judicialmente garantidos, ou com sua exigibilidade suspensa, por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEXTO: O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, à CONTRATADA, de documento próprio, emitido pela CONTRATANTE, e assinado por ambas as partes, atestando que o objeto foi executado, de acordo com o Edital, e respectivos Anexos, ou após a apuração do valor, descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não correção das falhas, vícios ou defeitos, resultantes da execução dos serviços, ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados. Recaindo o último dia do prazo em sábado, domingo ou feriado, o pagamento far-se-á no primeiro dia útil subsequente. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares, por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que forem cumpridas.





PARÁGRAFO SÉTIMO: Ocorrendo eventual atraso no pagamento, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e de juros simples, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, para fins de compensação de mora (TR+0,5% "pro-rata tempore"), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento, e aquela data em que o pagamento ocorreu efetivamente, nos termos da Portaria Nº 05/12 da Secretaria Municipal de Finanças.

PARÁGRAFO OITAVO: Não será realizado o pagamento se em nome da CONTRATADA constarem pendências no "Cadastro Informativo Municipal – CADIN."

PARÁGRAFO NONO: Se em razão da modalidade de licitação for necessária ou conveniente a abertura de conta em instituição bancária determinada pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA acolher tal determinação.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que esta proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF 389, de 18/12/17.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, respectivos Anexos e da legislação vigente aplicável, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução dos serviços, total ou parcial, execução insatisfatória, atrasos injustificados ou mora na execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do Contrato será acompanhada pelo "Gestor do Contrato", o (a) Sr. (a) Gerente de, a quem caberá a responsabilidade pela fiscalização, quanto à execução contratual, bem como pela emissão de documento próprio, assinado por ambas as partes, atestando que o objeto foi executado, de acordo com o Edital, e respectivos Anexos, ou após a apuração do valor, descontado do pagamento devido à CONTRATADA, na hipótese de não correção das falhas, vícios ou defeitos, resultantes da execução dos serviços, ou dos materiais e equipamentos empregados, devidamente atestados, necessário para que se processe o pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O representante da CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em documento próprio todas as ocorrências relativas à execução do presente contrato, determinando o que for necessário



à regularização das faltas, vícios ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, deverá comunicar imediatamente o fato à Autoridade Superior, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA declara aceitar todas as condições, métodos, processos de inspeção, e controle adotados para fins de fiscalização da CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer, por escrito, e quando solicitados, todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações, julgados necessários ao bom desempenho contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: A qualquer tempo e, independentemente de qualquer formalidade, a CONTRATANTE poderá verificar no local a execução dos serviços, através de pessoa devidamente credenciada e, para tanto, a CONTRATADA assegurar-lhe-á amplo acesso a todas as informações relativas ao cumprimento do presente Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina, em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como pelos materiais empregados em sua execução.

PARÁGRAFO SEXTO: Todo material destinado à execução dos serviços, se considerado inadequado, sendo rejeitado pela fiscalização da CONTRATANTE, deverá ser substituído, refazendo-se os serviços, sob a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Neste caso específico, se as falhas, vícios e defeitos forem corrigidos pela CONTRATADA, no prazo suplementar, concedido a critério da CONTRATANTE, será afastada a aplicação de sanção administrativa.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os responsáveis pela fiscalização da CONTRATANTE verificarão se os serviços executados pela CONTRATADA conferem com a descrição inserta da Proposta de Preços, determinando o que for necessário à regularização das falhas, vícios ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, comunicarão o fato, no prazo de até 05 (cinco) dias, à Autoridade Superior, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA

No ato da assinatura do Contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar uma garantia, podendo optar por uma, dentre as modalidades de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, que será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, e terá seu valor atualizado, nas mesmas condições contratuais estabelecidas, nos termos do art. 70, §§ 1º e 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada, ou restituída, após a execução satisfatória das obrigações contratualmente estabelecidas, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro.



PARÁGRAFO SEGUNDO:— A modalidade de garantia contratual a ser prestada, dentre uma das admitidas no art.70, §1º, incisos I, II e III, da Lei federal nº 13.303/16, deverá ser capaz de cumprir todos os fins previstos, sendo utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, bem como das multas aplicadas à CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As garantias prestadas não poderão ser vinculadas a novas contratações, salvo após sua liberação ou restituição.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução insatisfatória, mora na execução qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil que lhe couber, assegurados o contraditório bem como a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Advertência, que poderá ser aplicada quando houver, em especial execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento regular dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação de sanção administrativa mais severa.

PARAGRAFO SEGUNDO: Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, ou 10% (dez por cento) sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executada na forma solicitada, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. No caso de combinação de falhos, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 5% (cinco por cento) sobre o valor global, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do Contrato pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em relação à fração do objeto do contrato não executada na forma solicitada a multa será aplicada quando houver:

- i. a disponibilização em desacordo com as especificações conforme estabelecido neste termo de referência;
- ii. atraso/ausência/saída antecipada observado durante a prestação dos serviços;
- iii. falta de materiais.

PARÁGRAFO QUARTO: Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de inexecução total dos serviços, caso em que o presente Contrato será rescindido pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO: Multa de mora de 1% (um por cento), se houver atrasos injustificados no cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, a ser calculada por dia (ou outro período temporal previsto no Edital, e respectivos Anexos) que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor deste Contrato, à época, ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do presente Contrato pela CONTRATANTE.



PARÁGRAFO SEXTO: Suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

- A) Reiteração quanto à execução insatisfatória dos serviços contratados;
- B) Reiteração com relação aos atrasos injustificados na execução e na conclusão dos serviços, em contrariedade ao disposto neste Contrato;
- C) Reiteração na aplicação das penalidades de advertência ou de multa;
- D) Irregularidades que possam ensejar a rescisão do presente Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com o SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, poderão ser aplicadas à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão do presente Contrato, nos termos do art. 84, I, II e III, da Lei federal nº 13.303/16:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO OITAVO: As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, com fundamento no art. 83, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO NONO: A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada pela CONTRATADA, com base no art. 82, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se a multa aplicada for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, seja no âmbito do presente Contrato, ou de quaisquer outros que mantenha com a mesma CONTRATADA, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, a teor dos artigos 82, § 3º e 83, § 1º, da Lei federal nº 13.303/16, podendo ser utilizados meios alternativos de solução de controvérsias, mencionados na Cláusula Décima Quinta.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: As sanções previstas nesta Cláusula Décima, por possuírem natureza jurídica administrativa, não eximirão a CONTRATADA do dever de indenizar a CONTRATANTE, por eventuais perdas e danos, decorrentes das infrações contratuais cometidas, nos termos da legislação cível aplicável.





PARÁGRAFO DÉCIMOSEGUNDO: Os prazos das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), ora CONTRATANTE, não superior a 02 (dois) anos, serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida, consoante os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, no caso concreto.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: As sanções administrativas serão aplicadas mediante o devido processo legal administrativo, com os meios e recursos a ele inerentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA poderá apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 83, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16, contado da notificação da decisão que aplicou a sanção administrativa, através de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ou por carta, com aviso de recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A CONTRATADA poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação da decisão que indeferiu a defesa prévia, por intermédio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ou por carta, com aviso de recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Na aplicação das sanções de advertência e de multa, a CONTRATADA será notificada mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, nos termos do art. 205 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Na aplicação das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, com a CONTRATANTE, a notificação da CONTRATADA dar-se-á através de carta, com aviso de recebimento, com fulcro no art. 205 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão – Seção de Cadastro de Fornecedores, da Prefeitura da Cidade de São Paulo, cópia da decisão definitiva, proferida em sede de recurso administrativo, que aplicar as sanções de suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), por prazo não superior a 02 (dois) anos, a fim de que seja averbada a respectiva sanção no Cadastro Municipal de Fornecedor.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A Controladoria Geral do Município de São Paulo – CGM/SP será comunicada a respeito das sanções administrativas aplicadas pela SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS), para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e no Cadastro Municipal de Empresas Punidas, nos termos na Lei federal nº 12.846/13.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, observadas as hipóteses previstas no art. 81 da Lei federal nº 13.303/16, bem como nos artigos 176 e 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, a teor do art. 188 do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos, dentre outros, para a rescisão do Contrato, com fundamento no art. 187, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS:

- a) Descumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- b) Lentidão no cumprimento do objeto deste Contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atrasos injustificados quanto ao início e conclusão dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE:
- e) Subcontratação, total ou parcial, do objeto deste Contrato; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que tais hipóteses não sejam admitidas no presente Contrato; Edital e respectivos Anexos;
- f) Desatendimento às determinações regulares da CONTRATANTE, decorrentes da fiscalização, e do acompanhamento da execução do objeto deste Contrato;
- g) Decretação de falência, ou instauração de insolvência civil, da CONTRATADA;
- h) Dissolução da sociedade, ou o falecimento da CONTRATADA;
- i) Alteração social; modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, ora CONTRATADA, que prejudique a execução do objeto deste Contrato;
- j) Ocorrência de caso fortuito, ou de força maior, regularmente comprovadas, impeditivas da execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Contrato será rescindido mediante o devido processo legal administrativo, com os meios e recursos a ele inerentes, assegurados o contraditório, e a prévia e ampla defesa, aplicados os parágrafos Décimo Terceiro e Décimo Quarto, da Cláusula Décima, do presente Contrato (no que couber).

PARÁGRAFO QUARTO: Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação da CONTRATADA, por meio de publicação oficial, com fulcro no art. 187, § 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPTURIS.



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/22 PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2022/0005304-3 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA CESSÃO, DA TRANSFERÊNCIA E DA SUBCONTRATAÇÃO

Este Contrato não poderá ser objeto de cessão, de transferência ou de subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ANÁLISE DOS RISCOS

A análise dos riscos associados a esta contratação foi realizada com base nas informações da Matriz de Risco anexa a este Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados e, sem prejuízo das outras previsões contratuais, estabeleceram-se os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA tem conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e os considerou na formulação de sua proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É vedada a celebração de aditivos relativos ao equilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer; dar; ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar; ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento; doação; compensação; vantagens financeiras ou não financeiras; ou benefícios de quaisquer espécies, que constituam prática ilegal, ou de corrupção, de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO ÚNICO: É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do Contrato, e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor, ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento de custos, com base na Lei federal nº 12.527/11.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

A CONTRATADA tomou conhecimento do Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponível na página de Governança Corporativa do sítio eletrônico da CONTRATANTE (http://www.spturis.com.br/transparencia/) e se obriga a requerer que seus empregados o cumpram.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO E DO FORO DE ELEIÇÃO

As importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou eventuais prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada, ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, podendo ser utilizados meios alternativos de solução de controvérsias, inclusive quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, em especial a conciliação, a mediação, a arbitragem, ou o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas, previsto na Lei municipal nº 16.873/18.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer, ou comparecer a juízo, para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, à pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, aos juros de mora de 01% (um por cento) ao mês, às despesas e custas do processo, bem como aos honorários sucumbenciais, na forma que vierem a ser fixados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para dirimir eventuais conflitos, decorrentes deste Contrato, que não possam ser resolvidas por meio amigável, as partes — CONTRATANTE e CONTRATADA, elegem o Foro da Cidade de São Paulo - Comarca da Capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA ACEITAÇÃO E DO CUMPRIMENTO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, por seus respectivos representantes legais, aceitam todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO Ú	INICO: E,	por estare	m de acor	do com	todas as clá	usulas	e condições
estabelecidas nes	ste instrum	ento contr	atual, cel	ebram a	s partes -	CONTR	RATANTE e
CONTRATADA, o abaixo assinadas.	•	Contrato,	depois d	e lido, e	em presença	a das t	estemunhas
São Paulo, em	de	de					

SÃO PAULO TURISMO S.A. (SPTURIS) – CONTRATADA - GESTOR DO CONTRATO – TESTEMUNHAS